

Resolução

Dia Nacional de Luta

Aumentar salários | Garantir direitos | Contra o aumento do custo e vida

Pelo direito à saúde e à habitação

As dificuldades dos trabalhadores, jovens, reformados e pensionistas contrastam de forma evidente com os lucros que os grupos económicos continuam a arrecadar. As desigualdades aprofundam-se, com o peso esmagador de bens e serviços essenciais e da habitação e com baixos salários e pensões.

As sucessivas manobras de propaganda e a agenda mediática que o governo e o capital alimentam no dia a dia procuram esconder a crescente injustiça e a falta de resposta às necessidades da maioria da população, em muito agravadas pelo aumento do custo de vida.

O capital aproveita as opções políticas do governo do PS, nomeadamente a manutenção das normas gravosas da legislação laboral e os “acordos” que empobrecem quem trabalha, transferindo milhões para os patrões, por via de benefícios fiscais. Para este objetivo conta com o apoio de PSD, CDS, Chega e IL, que atacam direitos e aumentam a exploração, procurando levar cada vez mais longe o objetivo de perpetuar os baixos salários e aumentar os seus lucros.

É urgente o aumento geral dos salários e das pensões;

pôr fim à especulação que beneficia os grandes grupos económicos;

controlar e reduzir os preços de bens e serviços essenciais;

taxar os lucros das grandes empresas e alterar o rumo da política que tem vindo a ser seguida e que empurra um número crescente de trabalhadores para a pobreza.

É preciso uma política alternativa, que distribua a riqueza de forma justa, que respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, que defenda e invista nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado.

Em momentos em que aumenta a exploração e se aprofundam as desigualdades, os trabalhadores em situação de precariedade são

particularmente afetados, e entre estes, ainda mais os que são objeto de outras discriminações, seja em função da idade, sexo, origem, orientação sexual, deficiência, doenças crónicas ou outras.

É preciso intervir e combater o racismo, a xenofobia e qualquer forma de discriminação, lutando por uma sociedade mais justa e inclusiva.

A escalada armamentista, a guerra e as sanções estão a afetar violentamente as condições de vida dos trabalhadores e das populações, enquanto as multinacionais do armamento, da energia, da alimentação e da distribuição acumulam fabulosos lucros.

A luta dos trabalhadores tem sido fundamental na resistência às tentativas de aumento da exploração e no confronto com o patronato, alcançando em algumas empresas resultados positivos. A persistência e unidade dos trabalhadores em torno das suas reivindicações concretas confirmam-se como instrumentos fundamentais para a mobilização e alargamento da luta e para o reforço da organização.

O Dia Nacional de Luta que hoje realizamos, em todos os sectores e em todo o País, com greves, paralisações e concentrações nos locais de trabalho e empresas, sob o lema “Aumentar salários | Garantir direitos | Contra o aumento do custo e vida - Pelo direito à saúde e à habitação”, tem como objetivo trazer para a rua a indignação e protesto e a exigência de resposta aos problemas dos trabalhadores.

Assim, os trabalhadores concentrados na Ação do Dia Nacional de Luta da CGTP-IN no Porto decidem continuar a luta:

- Pelo aumento geral e significativo dos salários para todos os trabalhadores, em, pelo menos, 10%, com um mínimo de 100€;

a valorização das carreiras e profissões;

o aumento do salário mínimo para 850€, avançando com a intensificação da luta reivindicativa em todos os sectores, exigindo aumentos intercalares no imediato, que respondam à justa e possível reivindicação salarial, incluindo nos locais de trabalho em que houve aumentos, mas que ficaram aquém das necessidades dos trabalhadores;

- A reposição do direito de contratação coletiva, com a revogação da caducidade, bem como das restantes normas gravosas da legislação laboral,

e a reintrodução plena do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;

- A redução do horário para as 35 horas de trabalho semanal para todos, sem perda de retribuição, contra a desregulação dos horários, adaptabilidades, bancos de horas e todas as tentativas de generalizar a laboração contínua e o trabalho por turnos;

- O combate à precariedade nos sectores privado e público, garantindo que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efetivo;

- O aumento das pensões de reforma, de modo a repor e melhorar o poder de compra dos reformados e pensionistas;

- O reforço do investimento nos serviços públicos, nas funções sociais do Estado e na valorização dos trabalhadores da administração pública, para assegurar melhores serviços às populações.

Os trabalhadores

Porto, 28/06/2023